



Estado de Alagoas
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO



PROVA TIPO
2

Cargo – Nível Superior:

ADVOGADO

**Provas de Redação, Português, Raciocínio Lógico,
Fundamentos da Administração Pública e Conhecimentos Específicos**

2014

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

- Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
- Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **1 (uma)** proposta de redação e **80 (oitenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
- O tempo disponível para esta prova é de **quatro horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas e o preenchimento da **Folha de Redação**.
- Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **três horas** do início da aplicação.
- Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu **nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido**.
- Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas e/ou **Folha de Redação**.
- Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas e a **Folha de Redação** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:



- Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
- A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
- Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- A **Redação** deverá ter no **mínimo 20** (vinte) e no **máximo 30** (trinta) **linhas**, considerando-se letra de tamanho regular. **Não responda a lápis**.
- Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas e a **Folha de Redação**, e **assine a Lista de Presença**.
- Na sala que apresentar apenas 1 (um) Fiscal, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura** da **Ata de Encerramento** de provas.
- Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Boa Prova!

Nº. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

**Companhia de
Saneamento de
Alagoas - CASAL**



ATENÇÃO!

Não coloque seu número de inscrição, nome ou assinatura em qualquer local da prova de redação. Isso o identificará e conseqüentemente anulará sua prova.

RASCUNHO DA REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PROPOSTA DE REDAÇÃO

O Texto 1, de Walcyr Carrasco, evidencia uma dualidade de profundo caráter temporal, apresentando questões que transitam sobre temas ligados a concepções sociais que aludem ao movimento do tempo sobre a vida, a modismos, a transformações tecnológicas etc.

Com base na leitura do referido texto e em seus conhecimentos, redija sobre o tema “**Como concebemos o passado recente e como podemos ver o futuro**”. Para tanto, considere os limites estruturais do texto dissertativo em prosa e a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Busque selecionar, relacionar, organizar e interpretar as informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de seu ponto de vista, de forma coerente e coesa.

Texto 1

Há algum tempo, visitei uma minifazenda onde as crianças podiam conhecer galinhas, porcos e vacas. Entusiasmados, os pimpolhos se divertiam vendo os bichos e tentando estabelecer uma relação mental entre os animais e os bifés, pernis e asinhas fritas do cardápio cotidiano. Para elas, era algo tão misterioso como as cartinhas para papai Noel. Como é que os pintinhos amarelinhos, tão lindos, se transformariam, um dia, em frango a passarinho?

O mundo em que vivemos é marcado pela hipocrisia. A culinária é uma prova disso. Sou de uma época em que se compravam as galinhas vivas. Eram mortas e depenadas em casa. Tudo bem. Eu mesmo não gostaria de assassinar galinhas como parte do meu cotidiano, em meio a cacarejos assustadores. Mas o frango de supermercado hoje em dia se assemelha a um derivado de petróleo. É um produto criado artificialmente, com uma vaga origem animal. O sabor está mais plástico. Aquilo realmente teve penas ou é produzido em laboratório? Pior que ele, só mesmo o peru de Natal, com gosto de coisa nenhuma. Outro dia um amigo recusou-se a comer um frango assado. Simplesmente porque parecia com...um frango!

CARRASCO, W. A mentira vai à mesa. *Época*, set. 2013 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- Seu texto deve ter, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
- Sirva-se da leitura do texto apresentado somente para fazer uma reflexão sobre o assunto e crie ideias para sua redação. Não o transcreva como se fosse seu.
- Escreva somente com **caneta de tinta azul ou preta** e não se identifique com marcas, assinaturas etc. na Folha de Redação.

PORTUGUÊS

A questão 1 refere-se a imagem abaixo.



Disponível em: <http://primeirapaginaproducoes.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2014.

1. O cartaz acima divulga a peça de teatro “Quem tem medo de Virginia Woolf?” escrita pelo norte-americano Edward Albee. O termo “de Virginia Woolf”, do título em português da peça, funciona como

- A) complemento nominal.
- B) adjunto adnominal.
- C) adjunto adverbial.
- D) agente da passiva.
- E) objeto indireto.

A questão 2 refere-se ao texto abaixo.

O reacionário é, antes de tudo, um fraco. Um fraco que conserva ideias como quem coleciona tampinhas de refrigerante ou maços de cigarro – tudo o que consegue juntar, mas só têm utilidade para ele. Nasce e cresce em extremos: ou da falta de atenção ou do excesso de cuidados. E vive com a certeza de que o mundo fora da bolha onde lacrou seu refúgio é um mundo de perigos, pronto para tirar dele o que acumulou em suposta dignidade.

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2014.

2. O texto traz várias características de um cidadão reacionário. Assinale a alternativa cujo vocábulo é sinônimo do termo “reacionário”.

- A) Liberal
- B) Retrógado
- C) Cuidadoso
- D) Colecionador
- E) Revolucionário

3. Considere a seguinte afirmação de Rubem Alves.

“As crianças brincam por puro prazer. Imaginava uma situação em que os homens, ao terminar o trabalho, sorriam de felicidade e veriam o seu próprio rosto refletido em sua obra.”

ALVES, R. *Variações sobre o prazer*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

O trecho sublinhado pode ser substituído, sem danos à norma culta, por:

- A) haveria de contemplar o seu próprio rosto.
- B) deveria ver o próprio rosto.
- C) assistiriam ao seu próprio rosto.
- D) poderiam assistir o seu próprio rosto.
- E) olhariam ao seu próprio rosto.

4. Na afirmação abaixo, de Padre Vieira,

“O trigo não picou os espinhos, antes os espinhos o picaram a ele... Cuidais que o sermão vos picou a vós”

o substantivo “espinhos” tem, respectivamente, função sintática de,

- A) sujeito/objeto direto.
- B) objeto direto/sujeito.
- C) objeto direto/objeto indireto.
- D) sujeito/objeto indireto.
- E) objeto direto/objeto direto.

5. Na oração “Que tu faças todas as atividades requeridas pelo treinador”, verifica-se que o verbo empregado está no presente do subjuntivo. A reescrita dessa frase no imperativo afirmativo é:

- A) Faça todas as atividades requeridas pelo treinador.
- B) Fazei todas as atividades requeridas pelo treinador.
- C) Faças todas as atividades requeridas pelo treinador.
- D) Faze todas as atividades requeridas pelo treinador.
- E) Fazes todas as atividades requeridas pelo treinador.

A questão 6 refere-se ao texto abaixo.

Está tão quente que dá para fritar um ovo no asfalto.

O dito popular é, na maioria das vezes, uma figura de linguagem. Entre as 14h30min e as 15h desta terça-feira, horário do dia em que o calor é mais intenso, a temperatura do asfalto, medida com um termômetro de contato, chegou a 65 °C. Para fritar um ovo, seria preciso que o local alcançasse aproximadamente 90 °C.

Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2014.

6. O texto cita que o dito popular “está tão quente que dá para fritar um ovo no asfalto” expressa uma figura de linguagem. O autor do texto refere-se a qual figura de linguagem?

- A) Hipérbole
- B) Paradoxo
- C) Metonímia
- D) Hipérbato
- E) Eufemismo

A questão 7 refere-se aos quadrinhos abaixo.



Disponível em: <http://jornalismob.com>. Acesso em: 10 jan. 2014.

7. No primeiro quadrinho acima, a frase “No Brasil existem quatro poderes” pode ser modificada, de acordo com o português padrão, pela seguinte forma:

- A) Podem haver quatro poderes no Brasil.
- B) Pode ocorrer quatro poderes no Brasil.
- C) Deve existir quatro poderes no Brasil.
- D) Deve haver quatro poderes no Brasil.
- E) Hão quatro poderes no Brasil.

8. Dadas as frases abaixo,

- I. Do que importa a vida se nela não houver risos e lágrimas.
- II. Os alunos se entreolharam surpresos com a atitude do professor.
- III. A classificação do se na cadeia algorítmica necessita de uma sistematização.
- IV. O governo ainda irá decidir se libera o pagamento dos funcionários ou se deve continuar bloqueado.

as funções do “se” são, respectivamente,

- A) Conjunção condicional, pronome, substantivo e conjunção integrante.
- B) Conjunção condicional, substantivo, pronome e conjunção condicional.
- C) Substantivo, pronome, conjunção integrante e conjunção integrante.
- D) Pronome, conjunção integrante, substantivo e conjunção condicional.
- E) Conjunção integrante, pronome, substantivo e conjunção integrante.

A questão 9 refere-se aos trechos abaixo.

Abastecer o carro com álcool ainda vale à pena no Estado

Disponível em: <http://mirandoamidia.blogspot.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2014.

Mutirões aos sábados vão combater à dengue

Disponível em: <http://mirandoamidia.blogspot.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2014.

BEM-VINDO A VENEZA.

CHEGA DE ENCHENTE II.

ALMAP/8800

Disponível em: <http://www.almapbbdo.com.br>. Acesso em: 22 fev. 2014.

9. Nos enunciados aparecem, respectivamente, os termos “à pena”, “à dengue”, “a Veneza”. Com base nesses enunciados, assinale a alternativa cujos termos estão gramaticalmente de acordo com o emprego ou a ausência do acento grave indicativo da crase.

- A) a pena, a dengue, à Veneza.
- B) à pena, à dengue, a Veneza.
- C) a pena, a dengue, a Veneza.
- D) à pena, a dengue, à Veneza.
- E) à pena, à dengue, à Veneza.

A questão 10 refere-se ao texto abaixo.

Exílio

Das tuas águas tão verdes
Nunca mais me esquecerei.
Meus lábios mortos de sede
Para as ondas inclinei.
Romperam-se em teus rochedos:
Só bebi do que chorei.
Perderam-se os meus suspiros
Desanimados, no vento.
Recordo tanto o martírio
Em que andou meu pensamento!
E meus sonhos ainda giram
Como naquele momento.

MEIRELES, Cecília. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987. p. 151.

10. Os termos “das tuas águas”, “meus lábios mortos” e “os meus suspiros” funcionam, respectivamente, como

- A) complemento nominal, objeto direto e sujeito.
- B) objeto indireto, sujeito e objeto direto.
- C) objeto indireto, sujeito e agente da passiva.
- D) adjunto adverbial, sujeito e objeto direto.
- E) objeto indireto, objeto direto e sujeito.

11. Assinale a alternativa que completa corretamente a seguinte sentença.

“Não me refiro a essas pessoas. Refiro-me...”

- A) às maléficas, superficiais e as hipócritas.
- B) às maléficas, superficiais e às hipócritas.
- C) à maléficas, superficiais e às hipócritas.
- D) as maléficas, superficiais e às hipócritas.
- E) as maléficas, superficiais e a hipócritas.

A questão 12 refere-se ao texto abaixo.

“Passa certo dia, à sua porta, a primeira turma de “retirantes”. Vê-a, assombrado, atravessar o terreiro, miseranda, desaparecendo adiante, numa nuvem de poeira, na curva do caminho... No outro dia, outra. E outras. É o sertão que se esvazia.

Não resiste mais. Amatula-se num daqueles bandos, que lá se vão caminho em fora, debruando de ossadas as veredas, e lá se vai ele no êxodo penosíssimo para a costa, para as serras distantes, para quaisquer lugares onde o não mate o elemento primordial da vida.”

CUNHA, E. da. *Os sertões*. São Paulo: Francisco Alves, 1995.

12. O trecho retirado do Livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha,

- A) desvela o comportamento desejado de cada elemento sertanejo.
- B) mostra o estado de alheamento do homem sertanejo diante da tragédia anunciada.
- C) configura as imagens de um mundo cujos indivíduos não se afetam pelas suas fatalidades.
- D) configura uma atmosfera de vivências provisórias, impulsionadas pelos infortúnios do ambiente.
- E) compõe um panorama atípico das cenas sertanejas, baseado principalmente nas imagens provisórias da seca.

13. Considerando o texto seguinte,

“Fez-se no circo um silêncio gélido, tremendo e tão profundo, que se poderiam ouvir até as pulsações do coração”

DA SILVA, R. *Última corrida de touros em Salvaterra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1995.

verifica-se que no trecho sublinhado

- A) a estrutura verbal não se flexionaria, se o termo “pulsações do coração” estivesse no singular.
- B) o termo “pulsações do coração” é complemento verbal.
- C) o termo “pulsações do coração” é sujeito da oração.
- D) o “que” é conjunção integrante.
- E) o “se” é conjunção subordinativa condicional.

A questão 14 refere-se aos quadrinhos abaixo.



Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho>. Acesso em: 10 fev. 2014.

14. Armandinho, personagem do cartunista Alexandre Beck, sabe perfeitamente empregar os parônimos “cestas” “sestas” e “sextas”. Quanto ao emprego de parônimos, dadas as frases abaixo,

- I. O cidadão se dirigia para sua _____ eleitoral.
- II. A zona eleitoral ficava _____ 200 metros de um posto policial.
- III. O condutor do automóvel _____ a lei seca.
- IV. Foi encontrada uma _____ soma de dinheiro no carro.
- V. O policial anunciou o _____ delito.

assinale a alternativa cujos vocábulos preenchem corretamente as lacunas das frases.

- A) seção, acerca de, infligiu, vultuosa, flagrante.
- B) sessão, a cerca de, infringiu, vultosa, fragrante.
- C) seção, a cerca de, infringiu, vultosa, flagrante.
- D) sessão, a cerca de, infligiu, vultuosa, flagrante.
- E) seção, acerca de, infligiu, vultosa, fragrante.

15. No texto,

“Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e, depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e cinzel na mão para começar a formar um homem, primeiro membro a membro e depois feição por feição.”

VIEIRA, P. A. *In Sermão do Espírito Santo*. Acervo da Academia Brasileira de Letras

a oração sublinhada exerce uma função de

- A) conclusão.
- B) oposição.
- C) concessão.
- D) finalidade.
- E) causalidade.



16. Dado o poema abaixo,

“Imagino Irene entrando no céu:
– Licença, meu branco!
E São Pedro bonachão:
– Entra, Irene. Você não precisa pedir licença.”

BANDEIRA, M. *Antologia Poética*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1978.

Quanto ao poema, é correto afirmar que há

- A) estrutura poética com traços de texto narrativo.
- B) construção poética sustentada em traços linguísticos rebuscados.
- C) estrutura semântica dissociada de elementos coloquiais e cotidianos.
- D) estrutura gramatical caracterizada pelas inversões sintáticas.
- E) ausência de elementos que suscitem o diálogo.

17. Dado o trecho abaixo,

“Passai, passai, desfeitas em tormentos,
Em lágrimas, em prantos, em lamentos”

SOUZA, Cruz e. *Broqueis*. São Paulo: L&PM Pochet, 2002.

o verbo do primeiro verso, se utilizado na 2ª pessoa do singular, resulta na seguinte forma:

- A) Passem, passem, desfeitas em tormentos.
- B) Passa, passa, desfeita em tormentos.
- C) Passas, passas, desfeita em tormentos.
- D) Passam, passam, desfeitas em tormentos.
- E) Passe, passe, desfeita em tormentos.

18. Dado o texto de Jorge Amado,

“Acostumei-me a jogar futebol com os filhos dos operários. A bola, pobre bola rudimentar, fazia-se de bexiga de boi cheia de ar. Tornei-me camarada de um garoto Sinval, rebento único de uma operária, cujo marido morreria em São Paulo, metido numas encrencas com a polícia, não sei bem por quê. Sei que os operários falavam dele como de um mártir. E Sinval desancava os patrões o que mais que podia. Franzino, os ossos quase a aparecer, possuía no entanto uma voz firme e um olhar agressivo. Chefiava a gente nos furtos às mangas e caju dos sítios vizinhos. E toda vez que meu tio passava, cuspi de lado. Dizia que apenas completasse dezesseis anos embarcaria para São Paulo, para lutar como seu pai. Só muito depois é que eu vim compreender o que significava tudo isso.”

(Jorge Amado – *Infância*)

é correto afirmar que há, no texto,

- A) certo tom cronístico e ausência de elementos memorialistas.
- B) um relato pitoresco de uma paisagem em contrastes.
- C) revelações panfletárias, resultantes de fragmentos narrativos e resquícios de memórias.
- D) uma estrutura narrativa com forte presença memorialista e imagens de um tempo definido.
- E) prenúncios de subjetividades e linguagem metafórica.

19. Dadas as orações:

- I. Ricardo é inteligente, mas é pouco trabalhador.
- II. Embora seja pouco trabalhador, Ricardo é inteligente.
- III. O automóvel é novo; por isso não pode ir a grande velocidade.
- IV. O automóvel não pode ir a grande velocidade, porque é novo.

No tocante à classificação das orações coordenadas e subordinadas, tem-se, respectivamente,

- A) Coordenada sindética adversativa, coordenada sindética adversativa, subordinada adverbial consecutiva e coordenada sindética explicativa.
- B) Subordinada adverbial consecutiva, subordinada adverbial concessiva, coordenada sindética explicativa e subordinada adverbial causal.
- C) Coordenada sindética alternativa, subordinada adverbial proporcional, subordinada adverbial causal e coordenada sindética explicativa.
- D) Subordinada adverbial concessiva, coordenada sindética adversativa, coordenada sindética explicativa e subordinada adverbial final.
- E) Coordenada sindética adversativa, subordinada adverbial concessiva, coordenada sindética conclusiva e subordinada adverbial causal.

A questão 20 refere-se ao texto abaixo.

R E V E R

CAMPOS, Augusto de. *Viva vaia: poesia 1949-1979*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

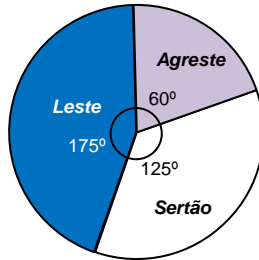
20. O texto acima é obra do poeta Augusto de Campos, um dos fundadores da Poesia Concreta no Brasil. O poema minimalista traz a forma verbal “rever”, utilizando um recurso de espelhamento, pois se trata de

- A) um acróstico cuja função, no texto, é destacar a estrutura fonética e lexical do texto.
- B) um hipérbato cuja função, no texto, é inverter a oração para dar efeito estilístico.
- C) um neologismo cuja função, no texto, é a inovação léxico-semântica.
- D) um vocábulo onomatopaico cuja função, no texto, é criar uma interação morfofonológica.
- E) um palíndromo cuja função, no texto, é criar uma interação gráfico-semântica.

RACIOCÍNIO LÓGICO

RASCUNHOS

21. O Estado de Alagoas é dividido em 3 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão) que ocupam uma área de 27 767 km². O gráfico abaixo mostra a distribuição em 360 graus da dimensão territorial das microrregiões no Estado. A partir dessas informações, conclui-se que a área da microrregião Agreste é de, aproximadamente,



- A) 16 660 km².
- B) 11 106 km².
- C) 9 255 km².
- D) 6 380 km².
- E) 4 627 km².

22. Dadas as premissas de um silogismo categórico,

1. Alguns homens economizam água;
2. Nenhum ignorante economiza água;

qual a conclusão que torna o argumento válido?

- A) Todo ignorante é homem.
- B) Nenhum homem economiza água.
- C) Alguém que economiza água não é homem.
- D) Alguém que economiza água não é ignorante.
- E) Alguns homens são ignorantes.

23. As fórmulas lógicas

$$(P \wedge Q \rightarrow R) \leftrightarrow (P \rightarrow (Q \rightarrow R)),$$

$$(x = 1 \vee x > 3) \leftrightarrow \sim(x < 3 \wedge x = 1),$$

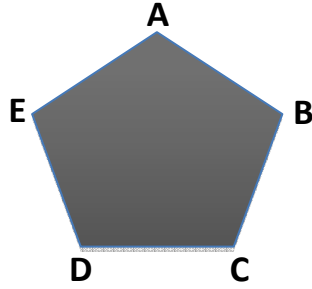
$$\sim P \rightarrow Q \wedge P,$$

são, respectivamente,

- A) tautológica, contraditória, contraditória.
- B) contingente, contraditória, contraditória.
- C) tautológica, contingente, contingente.
- D) contingente, contraditória, tautológica.
- E) tautológica, contingente, contraditória.

24. Quantos triângulos têm vértices nos pontos A, B, C, D, e E da figura?

- A) 14
- B) 12
- C) 10
- D) 5
- E) 8



25. Considere as seguintes fórmulas do cálculo proposicional.

- I. $\sim\sim R$
- II. $(\sim R)$
- III. $\sim\sim(P \wedge P)$
- IV. $\sim(P \leftrightarrow (Q \wedge R))$

Usando as regras de formação, verifica-se que são fórmulas bem formuladas,

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II, apenas.

26. Qual a proposição contraditória à premissa “Algum herói é brasileiro”?

- A) Todo herói é brasileiro.
- B) Nenhum herói é brasileiro.
- C) Quase todo herói é brasileiro.
- D) Algum brasileiro é herói.
- E) Algum herói não é brasileiro.

27. Dadas as afirmativas abaixo quanto ao Argumento Lógico,

- I. Se apenas uma das premissas do argumento for falsa, então não se pode estabelecer a veracidade da sua conclusão.
- II. Um argumento dedutivo é aquele cuja conclusão deve ser verdadeira se suas premissas básicas forem verdadeiras.
- III. Um argumento indutivo é aquele cuja conclusão não é necessária, dadas suas premissas básicas. As conclusões de argumentos indutivos são mais ou menos prováveis em relação a suas premissas.
- IV. Diferente dos argumentos dedutivos, cuja probabilidade indutiva é sempre 1, os argumentos indutivos têm uma escala de probabilidades indutivas; logo, variam muito o conceito de fidedignidade.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) IV, apenas.



28. Correlacione as funções numeradas à esquerda com as suas respectivas funções equivalentes.

Coluna 1	Coluna 2
1. $\sim(P \wedge Q)$	() P
2. $\sim(P \vee Q)$	() $(\sim P \wedge \sim Q)$
3. $(P \rightarrow Q)$	() $(\sim P \vee \sim Q)$
4. $(P \vee P)$	() $(\sim P \vee Q)$

Qual a ordem correta, de cima para baixo?

- A) 4 – 3 – 1 – 2
- B) 4 – 2 – 1 – 3
- C) 4 – 1 – 2 – 3
- D) 3 – 1 – 2 – 4
- E) 1 – 3 – 2 – 4

29. Qual a proposição contrária a $\forall x((Gx \vee Cx) \rightarrow Ax)$?

- A) $\forall x (Ax \rightarrow (Gx \vee Cx))$
- B) $\exists x ((Gx \vee Cx) \wedge Ax)$
- C) $\forall x ((Gx \vee Cx) \rightarrow \sim Ax)$
- D) $\exists x ((Gx \vee Cx) \wedge \sim Ax)$
- E) $\forall x (\sim(Gx \vee Cx) \rightarrow Ax)$

30. Truco é um jogo de cartas muito popular nas regiões sul e sudeste do Brasil. No jogo, utiliza-se o baralho tradicional, composto por quatro naipes de doze cartas. Pelas regras do jogo, um momento de sorte do jogador é quando ele possui três cartas de um mesmo naipe. Qual a probabilidade de que as três primeiras cartas distribuídas aos jogadores sejam do mesmo naipe?

- A) $\frac{55}{3\,243}$
- B) $\frac{55}{1\,081}$
- C) $\frac{3}{48}$
- D) $\frac{3}{16}$
- E) $\frac{3}{12}$

RASCUNHOS

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31. O atraso injustificado no início de uma obra pública é hipótese de que medida administrativa?

- A) Nulidade do contrato.
- B) Reequilíbrio econômico-financeiro.
- C) Devolução da garantia contratual.
- D) Rescisão unilateral do contrato.
- E) Revogação do contrato.

32. O princípio das licitações que consiste em que os critérios e fatores seletivos previstos no edital devem ser adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se qualquer surpresa para os participantes da competição, é nominado de

- A) moralidade administrativa.
- B) julgamento objetivo.
- C) competitividade.
- D) publicidade.
- E) igualdade.

33. Assinale a alternativa correta acerca dos poderes da Administração Pública.

- A) A desapropriação de imóvel pela Administração Pública é exemplo de ato discricionário e, por isso, não se sujeita ao controle judicial em nenhum aspecto.
- B) O juízo de conveniência e oportunidade que caracteriza o exercício do poder discricionário não pode afastar-se da consecução do interesse público, bem como da obediência à proporcionalidade, sob pena de nulidade.
- C) O exercício do poder vinculado caracteriza-se pela liberdade do administrador e pela impossibilidade de controle externo do mérito do ato praticado.
- D) A legislação brasileira proíbe a prática de atos discricionários após a Constituição de 1988.
- E) O poder discricionário é aquele que se exerce à margem da lei, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade que não se sujeitam a qualquer forma de controle jurídico, como, por exemplo, no caso da lavratura de auto de infração por auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

34. Qual a alternativa que representa modalidade de licitação?

- A) Leilão
- B) Convênio
- C) Consórcio administrativo
- D) Menor preço
- E) Contrato de gestão

35. Dadas as proposições abaixo,

- I. A avocação de competência define-se como ato do superior hierárquico que chama para si a responsabilidade pela prática de ato de que estava incumbido órgão de inferior hierarquia e foi proibida pela Constituição de 1988.
- II. A competência administrativa pode, em geral, ser objeto de delegação, exceto quanto se trata de competência exclusiva.
- III. O poder regulamentar está subordinado à lei, a fim de auxiliar sua fiel execução.
- IV. O exercício do poder disciplinar, mediante a aplicação de penalidade a servidor público, dá-se conforme a lei, que poderá conter conceitos jurídicos indeterminados na definição das infrações.
- V. A limitação de atividade ou interesse privado, em razão do interesse público, é característica da definição de poder de polícia, e não de poder disciplinar.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) IV e V, apenas.
- D) II, III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

36. Dadas as seguintes afirmativas quanto ao Regime Jurídico-Administrativo e aos princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro.

- I. A Constituição Federal exige expressamente lei específica para criação de autarquia e autorização da instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista.
- II. É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- III. A acumulação remunerada de cargos públicos é taxativamente proibida pela Constituição Federal, sem exceção.
- IV. O princípio da publicidade aplica-se à administração pública direta da União e dos Estados, mas apenas parcialmente à administração direta e indireta dos Municípios.
- V. A legalidade é princípio geral do Estado de Direito, mas não tem previsão específica no Direito Administrativo.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) II, III e V.
- B) I, II e IV.
- C) IV e V.
- D) IV.
- E) I.

37. Acerca do conceito e regime jurídico aplicável aos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- A) Mesmo quando delega a execução do serviço público, a Administração Pública não perde sua titularidade.
- B) Os serviços públicos não podem ser prestados pelos particulares, visto que não podem ensejar o lucro privado.
- C) Os serviços estaduais são passíveis de concessão, mas não são adequados à delegação.
- D) A licitação pública somente é imprescindível para os serviços concedidos, não para os que sejam objeto de permissão.
- E) Não é necessária a realização de licitação pública para a concessão de serviços públicos à exploração do particular.



38. Dadas as afirmativas abaixo acerca da natureza e do regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

- I. Tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista são criadas necessariamente por lei.
- II. Os municípios não podem criar empresas públicas nem sociedades de economia mista.
- III. Apenas empresas públicas podem prestar serviços públicos.
- IV. Apenas as sociedades de economia mista podem explorar atividade econômica.
- V. Empresas públicas têm capital exclusivamente público, ao passo que as sociedades de economia mista também contam com capital privado.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) II.
- B) V.
- C) IV e V.
- D) I, III e V.
- E) II, III e IV.

39. Quanto ao poder regulamentar da Administração Pública, é correto afirmar:

- A) deve ser exercido pela Câmara de Vereadores nos casos em que a lei federal requeira regulamentação, apenas quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- B) edição de decreto autônomo, por parte do chefe do Poder Executivo, instituindo infrações funcionais para instrumentalizar o poder de polícia, é exemplo de exercício de poder regulamentar.
- C) poderá o Chefe do Executivo dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração do ente federado, apenas quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- D) o poder regulamentar decorre das relações de hierarquia entre servidores públicos, no interior da administração pública, vedada a delegação nos casos de competência exclusiva.
- E) somente pode ser exercido pelos municípios nos casos expressamente previstos em lei, vedado o aumento de despesa.

40. As concessões e permissões de serviços públicos são formas de serviços

- A) descentralizados por delegação legal.
- B) centralizados por delegação negocial.
- C) centralizados por delegação legal.
- D) centralizados por gestão associada.
- E) descentralizados por delegação negocial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. Compete à União e aos Estados legislar concorrente sobre

- A) minas.
- B) assuntos de interesse local.
- C) controle da poluição.
- D) navegação lacustre, fluvial e marítima.
- E) águas.

42. Nos dizeres de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, são “associações formadas por pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), com personalidade de direito público ou privado, criadas mediante autorização legislativa, para gestão associada de serviços públicos.” (In *Direito Administrativo*. 26 ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 540).

Assinale a alternativa que corresponde ao conceito ora apresentado.

- A) Convênios administrativos.
- B) Parcerias público-privadas.
- C) Concessão de serviços públicos.
- D) Permissão de serviços públicos.
- E) Consórcios públicos.

43. Sobre o regime que cerca as águas públicas como bens públicos, é correto afirmar:

- A) são bens dos Estados os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
- B) as águas públicas de uso comum, em toda a sua extensão, são as águas dos lagos, bem como dos cursos d'água naturais que, em algum trecho, sejam fluviáveis ou navegáveis por um tipo qualquer de embarcação.
- C) são bens da União as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras dos Estados.
- D) são bens dos Municípios as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- E) as águas públicas dominicais são aquelas que se referem às correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis.

44. O direito do expropriado de exigir que a desapropriação e a indenização alcancem a totalidade do bem, quando o remanescente resultar esvaziado do seu conteúdo econômico é nominado de

- A) retrocessão.
- B) trestinação.
- C) apossamento administrativo.
- D) direito de extensão.
- E) desapropriação indireta.



45. Assinale a alternativa que não corresponde à disciplina da Lei Estadual nº 6.161, de 26/06/2000, no que concerne à forma, tempo e lugar dos atos do processo.

- A) O reconhecimento de firma será exigido em todas as intervenções e requerimentos apresentados em um processo administrativo.
- B) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
- C) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- D) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.
- E) O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

46. Assinale a característica que não se coaduna com o Poder Constituinte Originário.

- A) Autônomo
- B) Inicial
- C) Condicionado
- D) Ilimitado juridicamente
- E) Soberano na tomada de decisões

47. Assinale a alternativa que não representa direito social, na forma do art. 6º Constituição da República.

- A) Lazer.
- B) Transporte.
- C) Proteção à infância.
- D) Assistência aos desamparados.
- E) Moradia.

48. “A” locou imóvel de sua propriedade a “G”. Este, por sua vez, sublocou o imóvel para “J”. “A” ajuizou ação de despejo em face de “G”. Neste caso, poderá “J” participar do processo na qualidade de

- A) assistente simples.
- B) oposição.
- C) nomeação à autoria.
- D) denúncia da lide.
- E) assistente litisconsorcial.

49. Tratando-se de matéria recursal, nos casos de extinção do processo sem resolução de mérito (art. 267, CPC), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento. Tal fenômeno é denominado de

- A) efeito regressivo.
- B) efeito substitutivo.
- C) efeito translativo.
- D) efeito extensivo.
- E) efeito expansivo.

50. Dadas as afirmativas abaixo em relação à tutela antecipada,

- I. Os pontos de tangenciamento entre a tutela cautelar e a antecipada, não raro conduzem os operadores do direito a equívoco, levando a requerer uma tutela pela outra. Por isso que, se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, a lei proíbe ao Juiz, *ex officio*, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado, ainda quando presente os respectivos pressupostos.
- II. O réu-reconvinte poderá pleitear a qualquer momento da fase de conhecimento a tutela antecipada.
- III. Uma vez concedida a medida da tutela antecipada, esta não poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo do processo.
- IV. O juiz somente poderá conceder a tutela antecipada dentro da cognição exauriente, pois uma vez concedida a medida, esta se traduz em uma decisão definitiva e profunda da matéria meritória.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I, III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) IV.
- E) II.

51. Uma vez ajuizada a ação para que possa ter seu trâmite regular são necessários a presença de certos elementos, condições e pressupostos. Assim, ficará caracterizada a carência superveniente quando:

- A) no transcorrer da ação, desaparecer uma de suas condições, fato que faz impor ao juiz a imediata extinção do processo sem resolução do mérito.
- B) ao apreciar o recurso da parte Ré, o Tribunal, de ofício, reconhece a prescrição.
- C) ao apreciar o recurso da parte Ré, o Tribunal, mediante provocação da parte Ré, reconhece ser o Autor carecedor da ação proposta.
- D) o magistrado, após encerrar a instrução processual, analisando preliminar de mérito da parte Ré, declara ser o Autor carecedor da ação proposta.
- E) o magistrado, após encerrar a instrução processual, reconhece, de ofício, ser o Autor carecedor da ação proposta.



**DIREITO AMBIENTAL, DIREITO DO CONSUMIDOR E
DIREITO EMPRESARIAL**

52. Ricardo propõe doar à Vanessa seu Smartphone, sem encargo, estipulando prazo de 15 (quinze) dias para Vanessa informar se o aceita ou não. Vanessa, ciente do prazo fornecido por Ricardo, não o responde; silencia e fica inerte. Nesse caso, pela solução que o Código Civil brasileiro estabelece,

- A) não houve aceitação e, portanto, não há contrato de doação, pois a regra geral no Direito é a de que quem cala, não consente.
- B) houve aceitação ficta, razão pela qual há contrato de doação.
- C) houve aceitação tácita, pois a regra geral no Direito é a de que quem cala, consente.
- D) não houve aceitação e, portanto, não há contrato de doação, pois o silêncio não importa anuência.
- E) houve aceitação presumida, razão pela qual há contrato de doação.

53. Acerca da Teoria do Fato Jurídico, dados os itens abaixo,

- I. Fato jurídico *lato sensu* representa o gênero do resultado da incidência da norma jurídica sobre o suporte fático.
- II. Ato jurídico *stricto sensu* é uma espécie de fato jurídico que ocorre sem nenhuma interferência humana.
- III. No ato-fato jurídico existe um ato humano, mas não há necessidade de verificação da vontade, para produção dos efeitos.
- IV. O fato jurídico *stricto sensu* é aquele ato cujos efeitos estão pré-determinados na lei e se projetam de uma vez, sem possibilidade de escolha.
- V. Ato jurídico *lato sensu* é aquele em que o suporte fático tem como elemento essencial um ato humano e uma exteriorização consciente da vontade dirigida a obter um resultado, ou seja, onde há uma consciência da vontade de praticar.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III, IV e V.
- B) I, III e V.
- C) I, II e IV.
- D) II e V.
- E) II e IV.

54. No meio ambiente é imposto ao homem o dever de prevenir situações que possam acarretar danos decorrentes de sua atividade, cabendo-lhe o fardo de se valer de quaisquer equipamentos ou meios que sejam necessários para evitar a ocorrência do dano. Caso não o faça, deverá responder por eventuais prejuízos que possam surgir de sua atividade. A passagem sedia o princípio do(a)

- A) desenvolvimento sustentável.
- B) ubiquidade.
- C) poluidor-pagador.
- D) acesso equitativo aos recursos naturais.
- E) limite.

55. Acerca da classificação e formação dos contratos, assinale a alternativa correta.

- A) Júlia celebrou um contrato de compra e venda de um carro com Roberta no dia 01/03/14 para pagamento integral do valor combinado no dia 05/03/2014. Trata-se de contrato bilateral, oneroso, de execução diferida, típico, real e principal.
- B) Angélica envia uma carta a Renata com o seguinte teor: "Estou cogitando vender minha casa por R\$ 80.000,00. O que você acha?". Renata responde em uma carta com o seguinte teor: "Aceito comprar sua casa por esse preço". Com base nessas informações, é correto afirmar que existe contrato e que Renata poderá exigir seu cumprimento.
- C) Michella emprestou gratuitamente a Pedro um lápis preto. Trata-se de contrato típico, aleatório, de execução instantânea e informal.
- D) Alessandra escreve uma carta a Edgar propondo a compra de seu automóvel. Edgar responde, aceitando a proposta. Todavia, antes que Alessandra receba a carta de resposta, Edgar a procura e entrega sua retratação. Nesse caso a retratação produz efeito, não se tendo por celebrado o contrato.
- E) Roberta comprou um gorila de Olga por R\$ 100.000,00. Trata-se de contrato atípico, comutativo, consensual e formal, em virtude da coisa e do valor do contrato.

56. Sobre a responsabilidade civil nas relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- A) São espécies de excludentes da responsabilidade civil objetiva do fornecedor, pelo fato do produto ou serviço, expressamente previstas no CDC: a culpa exclusiva ou o fato exclusivo do consumidor ou de terceiro, além da culpa concorrente do consumidor e do fornecedor.
- B) O prazo legal máximo para o fornecedor sanar o vício do produto ou do serviço é de trinta dias, sendo vedada a modificação desse prazo de forma convencional pelas partes integrantes da relação jurídica de consumo, uma vez que se trata de norma de ordem pública (cogente).
- C) A explosão de loja que comercializa, entre outros produtos, fogos de artifício e pólvora, causando lesão corporal e morte a diversas pessoas, em virtude de mal acondicionamento, não gera a responsabilidade civil do comerciante.
- D) A legislação consumerista, ao tratar da responsabilidade pelo vício do produto ou serviço e daquela decorrente do fato do produto ou serviço, optou por atribuir a primeira prazos prescricionais referentes ao tempo máximo para reclamar dos vícios aparentes ou ocultos e prazo decadencial quando se tratar de acidente de consumo.
- E) O comerciante não responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos.

57. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. Incumbe ao Poder Público Estadual e Municipal promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e ao Poder Público Federal a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- II. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular dentre outros temas aquele que vise proteger o meio ambiente, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- III. É competência privativa da União legislar sobre proteção ao meio ambiente.
- IV. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) III, apenas.

58. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. O empresário e a sociedade adquirem personalidade jurídica com a inscrição da atividade no registro próprio e na forma da lei.
- II. A lei obriga a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, em até seis meses contados do início de sua atividade.
- III. O Código Civil obriga a sociedade empresária a escriturar Livro Diário, admitida sua substituição por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, apenas.

59. Assinale a alternativa correta.

- A) As Juntas Comerciais somente não deverão registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz se o capital social não estiver totalmente integralizado.
- B) Pode exercer a atividade de empresário qualquer brasileiro nato ou naturalizado, desde que não seja legalmente impedido ou insolvente.
- C) A legislação proíbe os cônjuges de contratar sociedade, entre si, salvo se casados no regime da separação obrigatória, nos termos da lei.
- D) A legislação não permite constituição de empresa individual com responsabilidade limitada; a responsabilidade do empresário individual é sempre ilimitada, na forma da lei.
- E) A constituição de sociedade anônima é condicionada à integralização imediata de, pelo menos, metade do capital social em dinheiro, a fim de que se resguarde a solvência da empresa.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

60. Ressalvando o direito adquirido, ao segurado da Previdência Social é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios previdenciários:

- A) aposentadoria com abono de permanência em serviço.
- B) salário-maternidade com auxílio-doença.
- C) seguro-desemprego com pensão por morte.
- D) mais de um auxílio-acidente.
- E) aposentadoria com auxílio-doença.

61. Acerca da competência da Justiça do Trabalho, não encontra lastro na jurisprudência uniformizada do C. TST a seguinte alternativa:

- A) não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.
- B) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativos ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).
- C) a Justiça do Trabalho é competente para declarar a abusividade, ou não, da greve.
- D) da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, é cabível recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista.
- E) na execução por carta precatória, os embargos de terceiro terão que ser oferecidos no juízo deprecado, o qual possui competência funcional para julgá-los, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecante, em que a competência será deste último.

62. A Consolidação das Leis do Trabalho traz critérios para o pagamento do salário. Tais critérios são distribuídos em relação ao tempo, ao lugar e aos meios de pagamento do salário. Assim, em relação aos critérios legais, afirmar-se que:

- A) o pagamento do salário, incluindo-se comissões, percentagens e gratificações, não pode ter periodicidade superior a um mês, independentemente da modalidade do trabalho e da forma de estipulação salarial.
- B) os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho foram excepcionados pela CLT, de forma que a retribuição salarial em espécie poderá ocorrer em outro local e fora do horário do expediente.
- C) considera-se salário *in natura* o pagamento pelo empregador de forma habitual de previdência privada.
- D) ao empregado que recebe percentagens e comissões nas transações realizadas por prestações sucessivas somente é exigível o pagamento destas de forma proporcional à respectiva liquidação.
- E) o pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, cuja quitação é dada por escrito pelo empregado, exceto, quando analfabeto, caso em que deverá ser assistido ou representado, sob pena de nulidade da quitação salarial.



63. Em relação à parte litigante e ao Juiz do Trabalho condutor do processo, não é hipótese de suspeição ou impedimento do Juiz:

- A) quando o magistrado tiver prestado depoimento como testemunha.
- B) quando o juiz tiver interesse particular na causa.
- C) quando o juiz aconselhar uma das partes acerca do objeto da causa.
- D) quando a parte litigante tiver parentesco por consanguinidade ou afinidade até o quarto grau civil com o magistrado.
- E) inimizade pessoal do magistrado com qualquer das partes no processo.

64. Dadas as afirmativas abaixo quanto ao término do contrato de trabalho por ato culposo do empregado,

- I. Justa causa é a situação relevante dentro do arcabouço legal, autorizadora da resolução do contrato de trabalho por culpa do sujeito comitente da infração.
- II. O dolo ou culpa é requisito subjetivo para a aplicação da justa causa, eis que a conduta obreira no caso concreto deve ser intencional, ou, ao menos, ser exercida com imprudência, imperícia ou negligência.
- III. Uma mesma infração cometida pelo empregado pode ser objeto de mais de uma punição como suspensão e dispensa por justa causa.
- IV. A insubordinação é caracterizada pelo descumprimento das ordens gerais do empregador, postas de forma impessoal e dirigidas indistintamente a todos os empregados.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II, apenas.

65. Acerca dos prazos no processo do trabalho, afirma-se que:

- A) prazos próprios são aqueles destinados aos juízes e servidores e que não ficam vulneráveis ao fenômeno da preclusão.
- B) prazos convencionais são aqueles destinados aos juízes e servidores e que não ficam vulneráveis ao fenômeno da preclusão.
- C) prazos impróprios são aqueles destinados às partes e que não ficam vulneráveis ao fenômeno da preclusão.
- D) prazos próprios são aqueles destinados às partes e que não ficam vulneráveis ao fenômeno da preclusão.
- E) prazos impróprios são aqueles destinados aos juízes e servidores e que não ficam vulneráveis ao fenômeno da preclusão.

66. É hipótese que desafia Recurso de Revista em acórdão proferido dentro de processo que tramitou no rito sumaríssimo quando

- A) houver contrariedade à Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais ou Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.
- B) houver contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- C) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa daquela que tiver sido dada por outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma.
- D) derem interpretação divergente ao mesmo dispositivo de convenção ou acordo coletivo de trabalho, em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão recorrida, daquela que tiver sido dada por outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma.
- E) houver afronta literal à Constituição Federal.

67. Mévio foi admitido em uma empresa em 2-1-2013, e, em 10-11-2013, veio a óbito decorrente de falência múltipla dos órgãos quando estava em sua residência, enquanto dormia. Dada a situação fática e com base na legislação em vigor, considere as seguintes afirmações:

- I. os dependentes ou sucessores do “de cujus” farão *jus* ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- II. o pagamento das parcelas rescisórias devidas aos sucessores ou dependentes do “de cujus”, constantes do instrumento de rescisão do contrato de trabalho, deve ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.
- III. na ausência de dependentes ou sucessores do “de cujus”, os valores devidos a ele reverterão em favor, respectivamente, do Fundo de Previdência e Assistência Social, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou do Fundo de Participação PIS-PASEP, conforme se tratar de quantias devidas pelo empregador ou de contas de FGTS e do Fundo PIS PASEP.
- IV. as quotas atribuídas a menores ficarão depositadas em caderneta de poupança, rendendo juros e correção monetária, e somente serão disponíveis após o menor completar 18 (dezoito) anos, salvo autorização do juiz para aquisição de imóvel destinado à residência do menor e de sua família ou para dispêndio necessário à subsistência e educação do menor.

Verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I, II e III.
- B) III e IV.
- C) I e IV.
- D) I e II.
- E) IV.



68. Maria gozou licença gozo por dois dias consecutivos (A). José, marceneiro, ficou afastado de suas atribuições por motivo de doença, devidamente atestada por médico, inicialmente por quinze dias (B), e, cinco dias depois de retorno ao trabalho, foi novamente afastado por motivo da mesma doença por mais quinze dias (C). Mévio gozou de licença-gala por três dias consecutivos (D).

Na hipótese dada em relação à suspensão da prestação dos serviços, tem-se nas letras A, B, C e D os efeitos no contrato de trabalho, respectivamente, de

- A) suspensão, suspensão, interrupção e suspensão.
- B) suspensão, interrupção, suspensão e suspensão.
- C) interrupção, suspensão, suspensão e interrupção.
- D) interrupção, interrupção, suspensão e interrupção.
- E) interrupção, interrupção, interrupção e interrupção.

69. Dadas as afirmativas abaixo,

- I. Consoante jurisprudência sumulada do C. Tribunal Superior do Trabalho, a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensados da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- II. Consoante jurisprudência sumulada do C. Tribunal Superior do Trabalho, as empresas públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- III. Consoante jurisprudência sumulada do C. Tribunal Superior do Trabalho, as sociedades de economia mista, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- IV. Consoante jurisprudência sumulada do C. Tribunal Superior do Trabalho, havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) IV, apenas.

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

70. Sobre o regime jurídico para a concessão de incentivos fiscais, assinale a alternativa correta.

- A) O conceito de renúncia de receita tributária, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, inclui qualquer incentivo fiscal que implique perda de arrecadação, como a isenção, a anistia, os juros favorecidos, o diferimento e a remissão.
- B) Os benefícios fiscais federais somente podem ser concedidos por meio de lei específica, exigindo-se lei complementar à medida tributária quando afetar duas ou mais regiões do país, respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) Nenhum benefício fiscal setorial pode ser instituído com prazo de vigência superior a cinco anos, após a edição da Constituição Federal de 1988, salvo se revalidado.
- D) Os municípios não podem conceder isenção extrafiscal em matéria de ISS, sob pena de violação do pacto federativo.
- E) Qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, é inconstitucional.

71. Assinale a alternativa correta sobre as definições e limites aplicáveis à dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A) A dívida pública mobiliária estadual é representada pelo compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título por parte do Estado membro, observados os limites definidos pelo Senado Federal.
- B) Cabe à União fixar limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, e aos Estados, fixar o limite para a dívida dos municípios que compõem seu território.
- C) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites da Lei Complementar nº101/2000, mas não a dívida mobiliária.
- D) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar 25% do respectivo limite, fica o ente federado proibido de realizar operação de crédito ou refinanciamento da dívida.
- E) Não integram a dívida pública consolidada, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

72. De acordo com a discriminação constitucional de competências tributárias, cabe aos Estados-membros e ao Distrito Federal instituir o ICMS. Sobre esse imposto, dadas as afirmativas abaixo,

- I. Não incide sobre operações de que decorra transferência de bens salvados de sinistro para companhias seguradoras.
- II. Além de operações relativas à circulação de mercadorias, incide também sobre a prestação de certos serviços, tais como transporte inframunicipal e interestadual de passageiros.
- III. Incide sobre operações relativas à circulação de livros e jornais, apenas nos casos em que se enquadrem como mercadorias.
- IV. O ICMS pode incidir sobre serviços que também ensejam a cobrança do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), desde que taxativamente previstos em lei complementar (Lei Complementar nº 116/2003).

Verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I, II e IV.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e II.
- E) I.

73. Em 2008, no julgamento da Medida Cautelar na ADI 4048, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, o Supremo Tribunal Federal revisou a orientação da sua jurisprudência e passou a admitir a possibilidade de submissão das normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade pela via da ação direta. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1998 em matéria de leis orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- A) O orçamento da seguridade social abrange apenas os órgãos da administração direta a ela vinculados, observado o princípio da universalidade orçamentária.
- B) A lei orçamentária anual compreende necessariamente o orçamento fiscal referente ao ente político que a edita, cabendo-lhe estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta para o exercício financeiro seguinte.
- C) A Constituição Federal assegura autonomia financeira plena ao Poder Judiciário, inclusive para apresentar anualmente ao Poder Legislativo projeto de lei orçamentária relativo ao seu próprio orçamento.
- D) A lei de diretrizes orçamentárias deverá incluir as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e dispor também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e critérios e formas de limitação de empenho.
- E) A Constituição Federal de 1988 proíbe expressa e taxativamente o uso de medida provisória em matéria orçamentária, cabendo seu emprego apenas pela União, em caso de guerra ou calamidade pública.

74. A Constituição Federal prescreve que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. De acordo com o texto constitucional em vigor, não é competência do Tribunal de Contas da União:

- A) constatada ilegalidade, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias à sua correção.
- B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio aos Municípios.
- C) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas, inclusive do Poder Judiciário.
- D) prestar as informações solicitadas por qualquer membro do Congresso Nacional sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- E) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, exceto o Presidente da República.

75. A Lei nº 5.172/1966, Código Tributário Nacional, institui normas gerais de direito tributário, aplicando-se a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Considerando o que dispõe essa lei, dadas as afirmativas abaixo,

- I. Para efeito de cobrança de taxa, consideram-se “específicos” os serviços quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- II. O direito de efetuar o lançamento extingue-se em cinco anos, a contar do fato gerador dos tributos, exceto contribuições sociais.
- III. As taxas de polícia podem ser cobradas em virtude de atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, por exemplo, a bem da segurança, da higiene ou da disciplina do mercado.
- IV. As contribuições de melhoria não podem incidir sobre a realização de atividade típica de poder de polícia, mas podem ser cobradas em virtude de realização de serviço público que gere utilidade e mais valia ao contribuinte.
- V. Para o Código Tributário Nacional, os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, irrelevante a destinação legal do produto da sua arrecadação.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I, IV e V.
- B) III e V.
- C) II e III.
- D) I e IV.
- E) I e II.



76. Entre os limites constitucionais ao poder de tributar está a segurança jurídica, que protege o patrimônio do contribuinte contra mudanças abruptas na legislação tributária. Em geral, a Constituição Federal proíbe a aplicação imediata de leis que criem ou majorem tributos. Há, contudo, exceções. Quanto às exceções à anterioridade, assinale a opção correta.

- A) O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza pode ser cobrando antes de transcorridos noventa dias da publicação da lei que o majorou, desde que se observe a anterioridade em relação ao exercício financeiro.
- B) Às contribuições de intervenção no domínio econômico aplica-se anterioridade em relação ao exercício financeiro, sem exceções.
- C) Apenas os impostos aduaneiros são exceção à anterioridade anual e à anterioridade nonagesimal.
- D) A fixação da alíquota do imposto sobre propriedade de veículos automotores não se submete à anterioridade anual.
- E) As alterações relativas às taxas e contribuições de melhoria aplicam-se imediatamente, no mesmo exercício financeiro em que foram publicadas as leis que as majorem.

77. Sobre a competência tributária e os limites ao poder de tributar previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A imunidade tributária que beneficia as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos também impede a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) em relação aos bens imóveis temporariamente ociosos dessas mesmas entidades.
- B) É inconstitucional, no cálculo do valor de taxa, levar em conta um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, sob pena de violação da regra constitucional.
- C) É constitucional incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis, salvo se pertencentes a instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, na forma da lei.
- D) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades abertas de previdência social.
- E) Atendidos os requisitos da lei, são imunes em relação ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) os imóveis pertencentes às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, exceto quando alugados a terceiros.

78. Acerca da tributação incidente sobre o fornecimento de água canalizada, assinale a alternativa correta.

- A) O fornecimento de água canalizada somente poderá sofrer a incidência de ICMS, uma vez que, quando canalizada, a água deixa de ser bem de uso comum e passa a ser mercadoria.
- B) O tratamento e a purificação de água são serviços sujeitos ao imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, nos termos da Lei Complementar nº 116/2003.
- C) O fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público não pode sofrer incidência do ICMS, uma vez que não caracteriza operação relativa à circulação de mercadoria.
- D) O fornecimento de água canalizada e tratada configura fornecimento de mercadoria com prestação de serviço e, portanto, pode sofrer incidência de ICMS ou de ISS, nos termos da lei complementar.
- E) Por ser a água bem de uso comum do povo, o poder público não poderá exigir contraprestação tributária pelo fornecimento de água canalizada, exceto nos casos de concessão e permissão.

79. A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, representa um marco na disciplina das finanças públicas no Brasil, à medida que contribui para a valorização do planejamento e da transparência na atividade financeira do Estado. Considerando as disposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Estados, Municípios e Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Não há propriamente conflito entre essas leis, uma vez que a LRF, sendo lei complementar, é hierarquicamente superior à Lei nº 4.320/64, revogando-a, portanto, integralmente, em vários aspectos, como o dos restos a pagar e o das renúncias fiscais.
- B) Ambas fazem as vezes de normas gerais em matéria de finanças públicas e Direito Financeiro, ainda que se destinem a escopos diversos, devendo-se considerar que a Lei Complementar nº 101/2000 revogou a Lei nº 4.320/64 apenas no tocante à disciplina das receitas públicas.
- C) A LRF não revogou a Lei nº 4.320/64, exceto em pontos específicos em que impôs disciplina diferente, tais como os conceitos de dívida fundada, empresa estatal dependente, operações de crédito, bem como o tratamento dado aos Restos a Pagar.
- D) Não há conflito entre essas leis nem revogação, uma vez que, enquanto a Lei nº 4320/64 prescreve normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal transparente e equilibrada, a LRF estabelece as normas gerais para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços.
- E) A Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 4.320/64 conflitam em inúmeros pontos e também no escopo a que se dirigem, razão pela qual esta última pode ser considerada tacitamente revogada, exceto no que se refere à matéria estritamente orçamentária.



80. Quanto às contribuições especiais no direito brasileiro, é correto afirmar:

- A)** em relação às contribuições sociais destinadas à seguridade social, não há imunidades expressas na Constituição de 1988, tendo em vista seu caráter de tributo com destinação vinculada.
- B)** as contribuições de interesse de categorias profissionais e econômicas, tais como as devidas aos conselhos profissionais, não demandam lei para serem majoradas.
- C)** os municípios não podem instituir qualquer contribuição, a não ser a destinada ao custeio de iluminação pública, incluída na Constituição Federal por força da Emenda Constitucional nº 39, de 2002.
- D)** as contribuições de intervenção no domínio econômico, como é o caso da contribuição destinada a Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, não carece de lei complementar para ser instituída.
- E)** são tributos sempre destinados a entidades integrantes da Administração indireta, tais como autarquias e entidades parafiscais.